

ISBN 978-85-7846-319-9

O MOVIMENTO ESTUDANTIL E A DEMOCRATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Fernanda de Souza Martins
Universidade Estadual de Londrina
fernandadesouzael@outlook.com

Maria José Ferreira Ruiz
Universidade Estadual de Londrina
mjfruiz@gmail.com

-Resumo:

Este trabalho discorre sobre a atuação dos estudantes no Movimento Estudantil do Brasil. Traz consigo também considerações sobre as políticas educacionais, das quais os estudantes participaram do processo de suas elaborações. A participação do movimento estudantil contribui para a democratização na área da educação, num processo dialético de discussão coletiva. Conclui que a atuação dos estudantes, juntamente com os demais movimentos sociais, é significativa para a formação de sujeitos políticos e para inferir nos rumos das políticas da educação do país.

Palavras-chave: Movimento Estudantil, Políticas Educacionais, Democratização da Educação.

Introdução

Este estudo tem como objetivo discutir a trajetória histórica do movimento estudantil e o processo de democratização da sociedade brasileira. A pesquisa foi realizada através de levantamento bibliográfico. Foram usados autores como: Pelegrine (1997), Paiva (2011), Araújo (2006), entre outros que discutem o tema em tela.

A motivação desse trabalho foi o interesse pelo tema e o entendimento da relevância da participação do movimento estudantil na formação de sujeitos políticos. Destacamos alguns momentos históricos nos quais os estudantes foram protagonistas de mudanças políticas no país, a exemplo da participação na campanha do petróleo, nos protestos ocorridos no período da Ditadura Militar, na campanha pelas diretas já e no movimento caras pintadas. Atualmente, presenciamos outras manifestações estudantis nas mobilizações contrárias ao investimento do dinheiro público na Copa do Mundo, em 2014 e mais recentemente nas manifestações pelo passe livre. Assim, em diferentes momentos os estudantes se mobilizam pelas redes sociais, e saem às ruas reivindicando investimento para a educação, saúde pública, segurança, qualificação do transporte público, entre outros.

Esta pesquisa busca mostrar a evolução do movimento estudantil no Brasil e como a participação desses estudantes contribuiu de alguma forma para avanços na política educacional do país. Diante disso, ressaltamos a importância dos estudantes se aliarem aos diversos movimentos sociais, para que assim, além de ter a oportunidade de tornarem sujeitos ativos e políticos, possam participar da construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A trajetória histórica e política do movimento estudantil no Brasil

Por meio da trajetória histórica, Junior (1982) divide o movimento estudantil em três períodos. O primeiro seria uma atuação mais de cunho individual que ocorreu no Período Colonial. Neste período, a educação era ministrada pelos Jesuítas que visavam catequizar os indígenas. No Brasil, o ensino superior ainda não estava organizado e a elite encaminhava seus filhos para estudarem na Faculdade de Coimbra, em Portugal. A vida política na colônia era totalmente nula. Surgiram as Câmaras Municipais que eram ocupadas pela classe dominante, com isso, todas as ordens vinham externamente e eram repassadas aos colonos que as obedeciam. Dessa forma, a atuação política era quase inexistente.

O segundo período, ainda na perspectiva do mesmo autor, apresenta uma atuação mais coletiva, que ocorreu na época do Império, com a abolição da escravidão. Os jovens se engajaram com essa campanha abolicionista, além de usarem a imprensa para divulgar a injustiça e os maus tratos sofridos pelos escravos, os mesmos organizavam fugas e buscavam lugares para esconder os negros fugitivos. Já na época da Proclamação da República existiam dois grupos de cunho político: os militares e os civis (cafeicultores), sendo um período de política confusa, os estudantes não tinham uma estrutura orgânica de movimento. O terceiro período é a fase da atuação organizada, que inicia com a fundação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 11 de agosto 1937. A UNE é um órgão que representa todos os estudantes brasileiros. Araujo (2007) enfatiza que:

A UNE foi uma entidade de caráter social e político que reunia um grande número de estudantes, pertencentes a diferentes grupos com diversas tendências políticas e ideológicas. E cada um desses grupos possui uma versão ímpar da trajetória da entidade. (ARAUJO, 2007, p.21).

A UNE acompanhou e esteve presente em diversos acontecimentos históricos do Brasil:

Os primeiros anos da UNE acompanharam a eclosão do maior conflito humano da história, a segunda guerra mundial. Os estudantes brasileiros, recém-organizados, tiveram ação política fundamental no Brasil durante esse processo, opondo-se desde início ao nazi-fascismo de Hitler e pressionando o governo do presidente Getúlio Vargas a tomar posição firme durante a guerra. (UNE, 2013,).

Assim, a atuação da UNE no Brasil, inicia-se em meios aos conflitos ocorridos mundialmente, colocando-se em confronto com o conservadorismo político na luta pela transformação social.

O Movimento Estudantil em meio aos conflitos da Ditadura Militar

A Ditadura Militar foi um período em que os militares governaram o Brasil, entre os anos de 1964 a 1985. Esse momento se caracterizou pela repressão aos que eram contra o regime militar, falta de democracia, censura, perseguição política, exílio de vários cidadãos, supressão de direitos constitucionais e baixa mobilização dos movimentos sociais. Nesse período o Brasil teve cinco presidentes que não foram eleitos pelo povo e sim indicados pelo Congresso Nacional. O primeiro foi o General Castello Branco que governou durante 1964-1967. Arthur da Costa e Silva foi o segundo general que governou de 1967 a 1969, o terceiro a governar foi o general Emílio Garrastazu Medici de 1969 a 1974. O general Ernesto Geisel foi o quarto, sendo que seu governo durou 1974 a 1979 e o último militar a governar o país, durante esse período, foi o general João Baptista Figueiredo (1979 a 1985).

O período da ditadura foi de profunda repressão aos estudantes e houve a criação de instrumentos legais para controlar o movimento estudantil. O governo militar criou a Lei nº 4.464, chamada Lei Suplicy Lacerda, a nova lei previa:

[...] a substituição da UNE pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE), das Uniões Estaduais dos Estudantes (UEEs) pelos Diretórios Estaduais Estudantis (DEE), dos Centros Acadêmicos pelos Diretórios Acadêmicos. A lei interferia na autonomia das entidades, submetendo-as diretamente às autoridades acadêmicas e ao estado. (PELEGRINI, 1997, p.124)

Conforme esta legislação, esses órgãos representativos estavam subordinados aos órgãos governamentais e estava proibida qualquer ação,

manifestação ou propaganda partidária. Segundo Poerner (1979), citado por Sanfelice (1986, p. 81), a lei Suplicy Lacerda visou à extinção do movimento estudantil brasileiro. Para acabar com a participação política dos estudantes, a Lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as entidades estudantis, em todos os escalões, transformando-as em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes em verbas e orientação. Essa medida buscava reprimir cada vez mais a atuação dos estudantes, assim o ano de 1964 foi marcado por censura, fechamento de entidades, invasões a sindicatos e perseguição às lideranças estudantis e os que não eram presos, eram exilados.

O regime militar, no campo educacional, firmou acordos com a United States Agency for International Development (USAID) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Os acordos MEC-USAID tinham como objetivo promover a reforma em todos os níveis do ensino brasileiro. No ensino superior foi criada a Lei 5.540/68, que propôs a reforma universitária. Conforme Pelegrine (1997):

A análise integral do primeiro acordo MEC-USAID, referente à assessoria para modernização da administração universitária, levou-nos a confirmar a existência da mentalidade empresarialista e a pretensão, por parte do órgão norte americano, de envolver a educação brasileira em todos os níveis. As recomendações incidem no funcionamento da estrutura administrativa, no planejamento de cursos, no treinamento de professores e técnicos, além de interferir no conteúdo geral dos cursos, através do controle das publicações e da distribuição de livros didáticos - na sua maioria, de autores americanos. (PELEGRINI, 1997 p. 108).

Os acordos MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional e pela Teoria do Capital Humano (TCH), isto é, pela concepção de educação voltada apenas ao desenvolvimento do capital humano, que serviria para ampliar o desenvolvimento econômico. Neste contexto, a ajuda externa para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, ao modelo estadunidense. No entanto, os estudantes não aceitavam a intervenção do EUA no ensino brasileiro, principalmente no ensino superior. Segundo Junior (1982 p. 78) o acordo MEC-USAID visava à reformulação das universidades brasileiras de acordo com os padrões norte- americanos.

Mesmo que os militares exercessem uma intensa coibição, em 1966 os estudantes conseguiram ir às ruas, organizados em passeatas, com o objetivo de lutar contra a Lei Suplicy e a reforma universitária. De acordo com Sanfelice (1986 p.

99) os estudantes denunciavam a intervenção norte-americana na educação, nos outros setores da vida nacional e a forma totalitária do governo brasileiro.

Neste período, houve ainda a promulgação da Lei nº 5.692/71 que regulamentou o ensino de 1º e 2º graus. Definiu o ensino de 1º grau em 8 séries, o de 2º grau em 3 anos, alterou os currículos e os programas da escola básica e reforçou o caráter produtivista da escola, ou seja, uma educação voltada para o desenvolvimento econômico do país.

No período da ditadura militar, o governo buscou de todas as formas acabar com o movimento estudantil. Em 13 de dezembro de 1968, criou o Ato Institucional nº 5, que representou o total autoritarismo do regime militar.

O Ato Institucional número 5 (AI-5) estabeleceu que cometeriam infração disciplinar todos aqueles que instigassem paralisações ou que participassem delas. O mesmo valeria para os que organizassem atos, passeatas, desfiles, comícios ou que participassem destas manifestações. Ainda eram passíveis de punição todos que elaborassem, guardassem ou distribuíssem materiais que fossem considerados subversivos pelos militares (LEHER, 2009, s/p).

Com os Atos Institucionais a ditadura militar cerceou os direitos políticos e impôs de forma truculenta a repressão. Conforme Sanfelice (1986 p. 174), o governo militar começou a criar consecutivos Atos Institucionais, Atos Complementares e decretos–leis que institucionalizaram o controle arbitrário de instituições da sociedade civil. Assim, o governo controlava todas as instituições da sociedade. A UNE estava desarticulada, atuando na clandestinidade, pois, com tanta repressão, poucos eram os estudantes que conseguiam se colocarem contrários à ditadura. Muitos foram presos e os que não eram encontrados pela polícia, buscavam exílio em outros países.

No entanto, mesmo com tantas dificuldades a UNE continuou suas lutas, mas, a comunicação entre os líderes do movimento ficava cada vez mais irrealizável, as entidades estudantis passaram a agir de uma forma mais acanhada, com o movimento na clandestinidade. Segundo Maciel (2011), o período de 1968-1973,

Foi marcado pela ampliação do aparato repressivo e de informações, que generalizou o poder repressivo do Estado; o “Milagre Brasileiro” garantiu a adesão maciça das classes burguesas ao governo militar e o caráter de escolha pessoal do presidente, assumido pelo processo de indicação do General Geisel para a sucessão de Médici. (MACIEL, 2011, p. 67. Grifo do autor).

O Milagre Brasileiro foi um momento em que o Brasil obteve crescimento na economia, o que proporcionou um momentâneo processo de modernização econômica no país. Porém, o crescimento econômico não foi acompanhado pelo desenvolvimento social. Os militares tinham controle sob os meios de comunicação. Rollemberg (2006) assegura que os veículos essenciais de comunicação como a televisão, principalmente as novelas e programas de auditório e o futebol, como a copa de 1970, serviam de manipulação para desviar o povo de seus interesses. Além da propaganda política e o uso dos meios de comunicação, o governo Médici buscou, conforme Rollemberg:

Formar crianças, adolescentes e jovens nos diversos níveis da escola regular, segundo uma moral baseada em valores patrióticos e cívicos. Nesse contexto, surgiram as disciplinas de Moral e Cívica no primário e no ginásio, Organização Social e Política Brasileira (OSPB) no científico e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) I e II na graduação e até mesmo no mestrado. (ROLLEMBERG, 2006. p. 178.)

Pelos meios de comunicação de massa o governo conseguiu atingir toda a sociedade, criminalizar os movimentos sociais e desestabilizar os opositoristas. Mas, segundo Araújo (2006), o período de transição política entre 1974 e 1985 foi no qual se acirrou o confronto entre os grupos que almejavam a democratização da sociedade e àqueles que defendiam a ditadura no Brasil. Esse foi o momento onde setores de esquerda e grupos vinculados à força de oposição buscaram uma abertura política para introduzir no cenário político as classes populares e os grupos e partidos de esquerda. Neste contexto, havia apenas dois partidos políticos: o partido da posição, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que fazia oposição ao governo da época.

Como havia muita repressão, alguns grupos escolheram agir com luta armada, porém, não conseguiram levar adiante esta ação. Com isso, os grupos de esquerda começaram a insistir em uma luta democrática e institucional, e assim, conseguiram se reorganizar e tiveram apoio de uma parcela da sociedade civil, que começou a evidenciar sua insatisfação contra o regime. Segundo Araújo (2006), participaram do grupo de oposição ao regime militar:

O MDB, partido criado pelo governo, que teve expressiva vitória eleitoral em 1974 e passou a canalizar o descontentamento dos mais variados setores da sociedade, exercendo uma posição de fato ao regime;

Um setor progressista e popular da igreja católica, que teve importante papel na luta dos direitos humanos, por meio as Comunidades Eclesiais de base (CEBS) e das pastorais;

O movimento estudantil, um dos grandes responsáveis pela retomada das mobilizações políticas;

Associações de profissionais liberais – a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o Sindicato de Professores, o Instituto dos Arquitetos Brasileiros (IAB), que faziam declarações públicas contra o regime e apoiavam as manifestações de oposição;

[...] Jornalistas e intelectuais de oposição, muitos com formação em partidos de esquerda, que organizaram e lançaram jornais políticos e culturais de oposição a ditadura;

[...] e no final da década de 1970, um importante ato político reingressava no cenário nacional: o movimento operário sindical, representado principalmente pelo conjunto de trabalhadores da região do ABC paulista. (ARAÚJO, 2006, p.126)

Neste período, fica evidenciado que os partidos de esquerda e os movimentos sociais de oposição se comprometeram numa luta política pela ampliação do espaço democrático. Percebendo o enfraquecimento da sua força na ditadura e com tantas mobilizações e alterações em vários setores da sociedade civil, Araújo (2006) afirma que:

Em meados de 1984, a democracia brasileira renascia articulada por uma solução negociada entre as elites políticas, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o partido da Frente Liberal (PFL) acertaram a aliança da chapa de Tancredo Neves – José Sarney. (ARAÚJO, 2006, p. 163).

Essa conquista deve-se a articulação e movimentação da sociedade, juntamente com os movimentos sociais opositores. Para Araújo (2006) a democracia seguia seu rumo. Em maio de 1985, o congresso aprovava o “Emendão”, que restabelecia as eleições diretas. Definitivamente era o fim da ditadura militar.

O movimento estudantil no período de redemocratização do país

No entanto, Tancredo Neves, o primeiro presidente eleito pelo colégio eleitoral, após a ditadura militar, não assumiu a presidência por problemas de saúde, que mais tarde acarretaram em sua morte. Com isso seu vice José Sarney assume a Presidência da República. Seu mandato foi marcado pela criação da Constituição Federal de 1988, que conforme Maciel:

Cria ou constitucionaliza diversos direitos sociais e trabalhistas como o direito a greve; a multa de 40 % sobre o valor do FGTS a ser recebido pelo trabalhador no caso de demissão imotivada; redução da jornada de trabalho pra 40 horas semanais; seguro desemprego; o aumento da licença maternidade e a criação da licença paternidade; a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais; criação do sistema único de saúde e do sistema de seguridade social; a universalização do direito de aposentadoria e a criação de direitos específicos para a criança, adolescente e o idoso. (MACIEL, 2011, p.59.)

Neste momento o movimento estudantil continuou atuando na clandestinidade, mas foi fortalecido na eleição do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), que acaba passando por um processo de *impeachment*, no qual o movimento dos caras pintadas teve grande atuação. De acordo com Quintão (2010):

Os caras-pintadas surgiram neste período como figuras de destaque entre as diversas forças responsáveis pela derrocada do primeiro presidente por voto direto em quase trinta anos. Esse movimento de caráter estudantil se tornou uma espécie de porta-voz do movimento Fora-Collor junto à esfera pública, mesmo existindo outras entidades civis nesse cenário e com esse mesmo objetivo. Suas manifestações se tornaram emblemas da participação popular na campanha para a saída de Collor, devido principalmente a sua visibilidade adquirida. (QUINTÃO, 2010, p.6).

Neste contexto, muitos jovens foram às ruas, com a cara pintada e erguendo faixas de protestos, para que o presidente Fernando Collor de Mello perdesse seu cargo. Fernando Collor acabou passando por um processo de *impeachment*, que resultou na sua saída da presidência da república.

No início da década de 1990, o Brasil começa a implantar as ideias do neoliberalismo, que defende a não regulação do estado na economia de mercado. Essa teoria também se aplica à educação. Segundo Silva (2001):

Neste projeto, a intervenção na educação com vistas a servir aos propósitos empresariais e industriais tem duas dimensões principais. De um lado, é central, na reestruturação buscada pelos ideológicos neoliberais, atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho. No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional. De outro, é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão das ideias que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa. Há um esforço de alteração do currículo não apenas com o objetivo de dirigi-lo a uma preparação estreita para o local de trabalho, mas também com o objetivo de preparar os

estudantes para aceitar os postulados do credo liberal. (SILVA, 2001, p. 12)

Essa prática se estende ao governo do Fernando Henrique Cardoso (1995-2001). Foi durante o governo dele que foi criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, que após oito anos de discussão no Congresso Nacional, foi aprovada. Para Pino (1998):

Seria ingenuidade atribuir a esta lei força ou mesmo potencialidade para provocar uma revolução da educação do país. Entretanto, o reordenamento dos sistemas educativos, inscrito em uma LDB, poderá criar contextos de relações estruturais de transformação, de reforma e de inovação educacional como parte do processo de “regulação social”. (PINO, 1998, p.19 – grifo do autor).

A LDBEN 9394/96 foi importante para organizar o ensino no Brasil, abrangendo a educação infantil, o ensino fundamental, médio e superior. Saviani (1999) afirma que o longo processo de criação da LDBEN envolveu toda a sociedade civil, inclusive os estudantes.

Deste modo, a LDBEN estabeleceu leis para regulamentar o ensino e ocasionou alguns avanços na educação brasileira, apontou novos caminhos para os diferentes níveis de ensino e posicionou o dever de cada esfera governamental: municipal, estadual e federal.

Na década anterior, em 1986, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) foi criado. Gohn (1994) assegura que este Fórum surgiu para reivindicar um projeto para educação e juntamente com as entidades envolvidas com a educação, buscou meios de colaborar na elaboração da LDB. Segundo GONH (1994), o Fórum era composto por 15 entidades sendo três delas

[...] de organizações de classe (CUT, CGT, OAB), das entidades voltadas para área de educação, 4 são voltadas para o ensino, a pesquisa e/ou para sua divulgação (ANPEDd, SBPC/ SEAE e CEDES), 6 são entidades de trabalhadores profissionais da área de educação (ANDES, ANDE, CPB, FENOE, FASUBRA E ANPAE) e **2 são entidades do movimento estudantil (UNE e UBES)**. (GOHN, 1994, p. 80- grifo nosso).

Destacamos aqui a participação da UNE e UBES neste Fórum de educação. Todas essas entidades se uniram com o propósito de defender a escola pública. Assim, conforme Gohn (1994) seria importante resgatar o papel do Estado,

enquanto agente que deve prover/financiar, criar, defender e gerenciar os bens públicos para a coletividade e não para corporações privadas.

Para Gohn (1994) o FNDEP não só representou uma mobilização em defesa da escola pública, mas também de resistência às políticas de caráter privatizante, que emanam da onda neoliberal e que assola o país. Havia interesses para que as verbas públicas fossem destinadas aos setores privados da educação e o FNDEP lutava para que os recursos públicos fossem investidos apenas na educação pública.

Ao final do mandato do Fernando Henrique Cardoso, há uma nova eleição presidencial que teve como candidato vitorioso o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Sua candidatura era vista, para grande parte dos brasileiros, como uma legítima probabilidade de mudança. Era esperado que se rompesse com as políticas neoliberais, que se pusesse fim às privatizações que assolavam o país e que houvesse melhorias para classe trabalhadora. Durante esse processo de eleição, a UNE esteve presente apoiando a candidatura de Lula. Com sua vitória a UNE passa a fazer parte e apoiar o governo. Segundo Poener, citado por Paiva:

As propostas da UNE, elaboradas num seminário para isto convocado, foram encaminhadas, sob a forma de uma “Carta-compromisso”, aos candidatos ao primeiro turno do pleito, com a solicitação de que com elas se comprometessem. Já no segundo turno, com a disputa polarizada entre Lula e Serra, a UNE organizou, com a UBES, um grande plebiscito nacional, com a adesão de 400 mil estudantes, que decidiram pelo apoio a Lula, posição ratificada pela diretoria e anunciada por Felipe Maia no comício do candidato petista em Florianópolis. Nem poderia ter sido diferente, já que a entidade, desde o começo do Governo Fernando Henrique, cerrara fileiras na luta contra o neoliberalismo (POERNER, *apud*, PAIVA, 2011, p. 309).

Portanto, de acordo com o mesmo autor, com a articulação da UNE e seu apoio nas decisões políticas do governo federal, ela acaba perdendo seu caráter de entidade independente, não vinculada ao governo. Com essa atitude a UNE acaba indo contra as históricas bandeiras do movimento estudantil.

Paiva (2011) cita que com a UNE apoiando o governo, ela começa a aceitar alguns projetos proposto, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), que visa a entrada de estudantes em universidades privadas, custeados por verbas públicas. Essa política de inclusão é uma maneira de colocar o estudante numa instituição de ensino superior, só que muitas delas não visam pesquisa e projetos de

extensão, tornando assim uma medida de interesse para as instituições privadas, que passa a receber mais verbas públicas e alunos.

A oposição realizou vários debates, passeatas, greves para mostrar seu descontentamento com o apoio da UNE ao governo. De acordo com Paiva (2011) fizeram boicote ao ENADE, o Plebiscito Nacional sobre a Reforma Universitária e uma marcha realizada em Brasília, contra as reformas do governo federal.

A reforma universitária e os projetos propostos pelo governo do PT continuaram a ser apoiados pela UNE, que tinha como argumento que as classes baixas seriam beneficiadas com essas medidas, além de ampliar o ingresso da população no ensino superior. Com isso, segundo Paiva (2011), a UNE acaba perdendo seu caráter não governamental. Para a oposição ela não representa mais os estudantes. O movimento estudantil acaba perdendo uma importante entidade representativa dos estudantes para o governo. Mas, a UNE não é a única entidade estudantil no Brasil, pois existe também a ANEL (Assembléia Nacional dos Estudantes Livres) e a UJS (União da Juventude Socialista), que continuam na luta estudantil, mas, aparentemente, não estão atreladas as propostas do governo.

Conclusão

Esse artigo buscou retratar a trajetória do movimento estudantil no Brasil ao longo dos anos. Foi apresentado seu surgimento e o desenvolvimento de algumas de suas ações, que fizeram parte da história do Brasil. Esse tema proporcionou o entendimento que o movimento estudantil é bastante complexo e passa por constantes mudanças políticas e ideológicas, conforme o período sócio histórico pelos quais passam a sociedade.

O grande ápice do movimento estudantil foi durante a ditadura, período no qual, havia censura, violência, prisão e mortes das pessoas que não concordavam com o modelo político adotado pelos militares. Isso fez com que o movimento se organizasse juntamente com a sociedade, para mudar esse período lamentável da história do país. Ressaltamos que a participação de estudantes no movimento estudantil, proporciona uma formação política, democrática e de mudanças, tanto pessoal como também em relação à sociedade. Diante disso, a pesquisa contribui para destacar a importância da participação dos estudantes no movimento estudantil, como também é uma possibilidade de esclarecer sobre o processo

histórico de construção, tanto das lutas do movimento, como de suas concepções políticas.

Referências

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição (1974- 1985). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **Democracia e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

ARAUJO, Maria Paula. **Memórias Estudantis da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2007.

Disponível em < <http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>> Acesso em 31 de out. de 2013.

GONH, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo. 2º ed, Ed. Cortez, 1994.

JUNIOR, Antônio Mendes. **Movimento Estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. Ed. 2ª. 1982.

LEHER, Roberto. Há 40 anos, ditadura mostrava seus dentes para a universidade. **Carta maior**. São Paulo, 16 mar. 2009. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4187> Acesso: em 12 mar. 2014.

MACIEL, David. As categorias de Gramsci e a transição política no Brasil (1974 – 1989). In: **Estado e Poder: Ditadura e Democracia**. SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; CASTELANO, Maria José (orgs): Edunioeste, 2011.

PAIVA, Gabriel de Abreu Gonçalves. **A UNE e os partidos políticos no governo Lula (2003-2010)**. Dissertação de Mestrado. UNIOESTE. CASCAVEL, 2011.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **A UNE nos anos 60: utopias e práticas políticas no Brasil**. Londrina: Ed. Da UEL, 1997.

PINO, Ivany. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: a ruptura do espaço social e a organização da educação nacional. In. BRZEZINSKI, Iria (org). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1998.

QUINTÃO, Thales Torres. Os media e a construção dos Caras Pintadas. **Revista Anagrama**, vol. 3, n. 4, 2010.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil–militar em tempo de radicalização e barbárie (1968-1974). In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. **Democracia e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64**. São Paulo: Cortez: autores associados, 1986.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. São Paulo: 5° Ed. Ed. Campinas, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu. Neoliberalismo, qualidade total educação. In: **A “nova” direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia**. In: GENTILI, Pablo Petrópolis: Editora Vozes, 2001.